

Demonstrações Financeiras

Infra6 Participações S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Infra6 Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre a demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Infra6 Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Infra6 Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado do abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infra6 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Base para opinião com ressalva

A controlada Socicam Infraestrutura e Participações Ltda. não preparou a análise de recuperabilidade do ativo intangível, conforme “CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos” e, portanto, não foi possível comprovar a recuperabilidade dos contratos de concessão no montante de R\$9.215 mil. Desta forma, em 31 de dezembro de 2020, o ativo intangível e o resultado do exercício da controlada estava apresentado a maior em R\$9.215 mil e, conseqüentemente, o ativo não circulante e o resultado do exercício da controladora estava apresentado a maior em R\$5.759 mil no exercício findo na referida data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 1 de junho de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Cláusulas restritivas sobre debêntures - “covenants”

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o montante de R\$52.622 mil em debêntures sujeitos ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais “covenants”, as quais baseadas principalmente, em índices de dívida Líquida/EBITDA e de dívida bruta. O descumprimento de qualquer um desses covenants contidos nas escrituras de emissão de debêntures pode resultar na declaração de vencimento antecipado de um ou mais escrituras de emissão, o que obrigaria a Companhia a pagar de imediato todos os respectivos valores em aberto, e sendo assim impactaria de forma significativa sua posição patrimonial, financeira e de liquidez, motivo pelo qual consideramos o cumprimento destas cláusulas restritivas como um principal assunto de auditoria.

A Companhia monitora constantemente o cumprimento dos covenants. As divulgações sobre as cláusulas restritivas estão incluídas na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) o entendimento detalhado dos termos contratuais que determinam as cláusulas restritivas incluídos nos contratos de debêntures firmados junto aos agentes fiduciários; (ii) o teste matemático das premissas determinadas nos contratos para o cálculo dos covenants e a verificação do seu respectivo cumprimento em 30 de dezembro de 2020;

(iii) procedimentos de confirmação dos saldos e correspondentes datas de vencimento junto aos agentes fiduciários; e (iv) a avaliação das divulgações sobre o tema nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento com debêntures e correspondentes cláusulas contratuais restritivas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Maurício Mitio Yuhara
Contador CRC-1SP260523/O-3

Infra6 Participações S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	4.793
Impostos a recuperar		46	32
		48	4.825
Não circulante			
Debêntures	6	2.574	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	-	54.830
Investimentos	8	43.955	-
		46.529	54.830
Total do ativo		46.577	59.205
Passivo			
Circulante			
Debêntures	9	18.435	14.217
Impostos e contribuições a recolher		1	3
		18.436	14.220
Não circulante			
Debêntures	9	34.187	48.306
Partes relacionadas	6	10.735	-
		44.922	48.306
Patrimônio líquido			
Capital social	10	2	2
Prejuízos acumulados		(16.783)	(3.323)
		(16.781)	(3.321)
Total do passivo e do patrimônio líquido		46.577	59.205

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Infra6 Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	11	(65)	(39)
Resultado de equivalência patrimonial	8	541	-
Outras receitas (despesas) operacionais	8	(8.392)	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(7.916)	(39)
Receitas financeiras	12	27	188
Despesas financeiras	12	(5.571)	(3.472)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(5.544)	(3.284)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.460)	(3.323)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		(13.460)	(3.323)
Resultado básico e diluído por ação		(6,7300)	(1,6615)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Infra6 Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo do exercício	(13.460)	(3.323)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente	<u>(13.460)</u>	<u>(3.323)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Infra6 Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 10 de abril de 2019		-	-	-
Integralização do capital social	10	2	-	2
Prejuízo do exercício		-	(3.323)	(3.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2	(3.323)	(3.321)
Prejuízo do exercício		-	(13.460)	(13.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2	(16.783)	(16.781)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Infra6 Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(13.460)	(3.323)
Ajustes para conciliar o resultado do caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:		
Juros incorridos sobre as debêntures	5.185	3.311
Amortização dos custos de captação	334	135
Resultado de equivalência patrimonial	(541)	-
Participações em investidas não controladas	8.392	-
	(90)	123
(Aumento) redução nos ativos		
Impostos a recuperar	(14)	(32)
	(14)	(32)
Aumento (redução) nos passivos		
Impostos e contribuições a recolher	(2)	3
	(2)	3
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(106)	94
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Integralização de capital social	-	2
Captação de debêntures	-	70.000
Custo de transação	-	(1.607)
Amortização de debêntures (principal + juros)	(15.420)	(9.316)
Partes relacionadas	10.735	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(4.685)	59.079
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(54.380)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-	(54.380)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.791)	4.793
No início do exercício	4.793	-
No final do exercício	2	4.793
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.791)	4.793

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Infra6 Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de abril de 2019 com sede na Rua Bela Cintra, nº 1149, 8º andar sala F, São Paulo, SP.

A Companhia tem por objeto social a administração de bens próprios e a participação em outras Companhias como acionista e possui prazo de duração indeterminado.

A Companhia iniciou suas atividades em 31 de maio de 2019, sendo que nesta data aprovou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações onde os recursos foram destinados para a subscrição e integralização de capital social de Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), do mesmo grupo econômico da Companhia, a fim de celebrar e executar o contrato de concessão decorrente do Leilão nº 01/2018, referente à 5ª Rodada de Concessões Aeroportuárias realizada pela Agência Nacional de Aviação Civil especificamente em relação ao Bloco Centro Oeste cuja sessão pública de leilão foi realizada em 15 de março de 2019.

Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”), relacionada ao novo Coronavírus (“COVID-19”) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar ao máximo eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, especial atenção foi dada àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos nossos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, como, por exemplo, nas seguintes áreas: recuperabilidade de ativos e reconhecimento de receita, provisões para perda esperada de contas a receber (incluindo parceiros de negócios).

Com base nas últimas notícias sobre a evolução do Coronavírus e observando o período em que a vem operando neste cenário, a Companhia avaliou e não identificou até a presente data, impactos significativos nessas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de Abril de 2021.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações contábeis estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda da preparação das demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "avaliadas ao valor justo por meio do resultado".

Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) os quais são classificados a valor justo por meio de resultado.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.4. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas ao resultado do exercício em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Reconhecimento inicial e mensuração

- Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

2.5.2. Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

- A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.2. Mensuração subsequente--Continuação

A reclassificação para empréstimos e contas a receber disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação;

- A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável;

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado;

- Empréstimos e financiamentos (inclui debêntures): após reconhecimento inicial empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido, exceto o valor recuperável, é constituída uma provisão para deterioração, ajustado o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7. Debêntures

Os recursos financeiros obtidos através de debêntures são reconhecidos inicialmente, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data da informação apresentada.

São classificados como passivo circulante a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após as datas dos balanços.

2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo.

Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240.

A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias representadas por despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente.

2.10. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e os custos incorridos sobre as debêntures e são registrados no período em que são incorridos.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.12. Resultado por ação (básico e diluído)

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando quando aplicáveis ajustes de desdobramento.

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis --Continuação

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020-- Continuação

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1.1. Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e receitas e despesas no período demonstrado.

3.1.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativa na data do balanço envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício são discutidas a seguir:

a) *Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras.

As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes de processos em curso são revisadas e ajustadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

b) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.1.2. Estimativas e premissas--Continuação

b) *Valor justo de instrumentos financeiros*--Continuação

Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Gestão de riscos

A abordagem da gestão de risco da Companhia classifica os riscos inerentes ao negócio nas seguintes categorias:

i) Risco financeiro

São os riscos decorrentes de inadequada gestão de caixa, das aplicações de recursos em operações novas, desconhecidas, complexas e/ou de alto risco.

ii) Risco de compliance

Essa abordagem refere-se às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado de qualquer descumprimento legal.

Para evitá-lo a Companhia monitora permanentemente o estrito respeito às leis, normas e regulamentos, bem como a observância de políticas e procedimentos, a implementação e a funcionalidade dos planos de contingência e a segregação de funções evitando o conflito de interesses e facilitando a avaliação dos riscos e dos controles internos da Companhia.

iii) Risco operacional

Ocorre quando há falta de consistência ou de adequação nos sistemas de informação, no processamento e controle de operações, no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou ainda no caso de eventuais fraudes que prejudiquem o exercício da atividade da Companhia.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos--Continuação

iii) Risco operacional--Continuação

O trabalho desenvolvido pelas equipes internas que atuam juntamente com os gestores do negócio para a busca de conformidade dos controles internos realiza-se por meio do monitoramento dos processos sendo fator mitigante da ocorrência de risco operacional pela adequação dos controles à atividade.

iv) Risco estratégico

Está relacionado aos eventos originados tanto interno quanto externamente que gerem instabilidade às partes interessadas ou comprometam de alguma forma a reputação e a sustentabilidade da Companhia.

São os riscos decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia em dar resposta as mudanças que possam interromper o alcance de objetivos estratégicos estabelecidos.

A Companhia monitora continuamente esses eventos de risco buscando se antecipar às ocorrências indesejáveis e se preparar para os riscos estratégicos dos quais a Companhia está exposta.

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço de determinados ativos avaliados ao valor justo), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto.

A Companhia não tem como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos--Continuação

4.1. Riscos financeiros--Continuação

i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos. Os empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem as Companhias do grupo e ao risco de taxa de juros e de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos com taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

ii) Risco de créditos

Risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes e adiantamentos a fornecedores, a política da Companhia do grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios.

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes baseada em informações históricas e é incluída nas despesas de vendas.

iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco conta movimento	2	-
Aplicações financeiras (a)	-	4.793
	<u>2</u>	<u>4.793</u>

a) São representadas principalmente por aplicações no fundo de investimento Itaú Corp Plus RF Referenciado DI, com baixo risco e alta liquidez apresentando remuneração média de 97,47% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Partes relacionadas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
FMFS – Participações e Empr. Ltda.	<u>2.574</u>	-
Ativo não circulante	<u>2.574</u>	-
Socicam Infraestrutura e Participações S.A.	<u>10.735</u>	-
Passivo não circulante	<u>10.735</u>	-

Os saldos das contas mantidos com sociedades controladas e controladas em conjunto representam operações de crédito em conta corrente e não possuem vencimento predefinido.

Os saldos a receber pela entidade controladora correspondem a recursos transferidos para as sociedades controladas e controladas em conjunto, com o objetivo de suportar a operação das concessões naquelas entidades. Os saldos no passivo correspondem ao recebimento de recursos das sociedades controladas e controladas em conjunto, originários basicamente operações de investimento.

7. Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo é representado por:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	-	54.380
	<u>-</u>	<u>54.380</u>

Representa aportes realizados na investida Socicam Infraestrutura e Participações S.A. ("SIP") e que serão utilizados para aumento do capital social da investida. Em 2019, a Companhia possuía participação societária minoritária na SIP.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Adiantamento para futuro aumento de capital--Continuação

A Companhia obteve recursos por meio da emissão das debêntures e foram utilizados para a subscrição e integralização de capital social na SPE Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A. Companhia constituída especificamente para o fim de celebrar e executar o contrato de concessão decorrente do Leilão nº 01/2018, referente a 5ª rodada de Concessões Aeroportuárias realizadas pela Agência Nacional de Aviação Civil especificamente em relação ao Bloco Centro Oeste cuja sessão pública de leilão foi realizada em 15 de março de 2019.

8. Investimentos

	% - Participação		Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício		Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Socicam Adm. Proj e Repres Ltda.	0,01	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-
Socicam Infraestrutura e Participações S.A.	62,50	0,01	70.329	-	866	-	43.955	-	541	-
Total							43.955	-	541	-

A movimentação dos investimentos é como segue:

	2020	2019
Saldo inicial	-	-
(+) Aumento de capital	51.806	-
(+) Resultado de equivalência patrimonial	541	-
(-) Ganho (perda) com transações com acionistas	(8.392)	-
	43.955	-

Em 28 de dezembro de 2020, conforme definido em ata de rerratificação, a Companhia integralizou o aumento de capital referente à 2019 através de ações preferenciais (sem direito a voto) na investida Socicam Infraestrutura e Participações S.A. ("SIP") e se tornou a principal acionista detendo 62,50% do capital da sociedade investida. Entretanto, mesmo sendo a principal acionista, não possui influência significativa e, conseqüentemente, não realiza a consolidação da investida.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Debêntures	53.760	63.995
(-) custo de transação	(1.138)	(1.472)
Ativo não circulante	52.622	62.523
Circulante	18.435	14.217
Não circulante	34.187	48.306
	52.622	62.523

9.1 Características da emissão

Em 25 de junho de 2019 a Companhia fez a emissão de *debêntures* simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicional para distribuição pública.

O valor total da emissão foi de R\$70.000, na data de emissão sendo 70.000 *debêntures* no valor nominal unitário de R\$1.

As *debêntures* terão prazo de vigência de 48 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de junho de 2023 com amortização mensal.

As *debêntures* farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescido de uma sobretaxa equivalente a 7,00% ao ano, conforme aprovação em AGE realizada em 18 de janeiro de 2021.

9.2 Cronograma dos vencimentos

A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos das *debêntures* existentes em 31 de dezembro de 2020:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2020	-	14.551
2021	18.833	17.295
2022	22.230	20.462
2023	12.697	11.687
	53.760	63.995

A Companhia realizou em 23 de abril de 2020 uma assembleia com os credores das *debentures* para mitigação de parte dos impactos da Covid-19 e consequente preservação do seu caixa, na qual foi aprovada a alteração do cronograma de pagamentos de Amortização e Remuneração e autorização para o não cumprimento do Fluxo Mensal Mínimo conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures--Continuação

9.3 Garantias

As *debêntures* possuem as seguintes garantias reais:

- (a) Fiança da Socicam Administração de Projetos e Representações Ltda.;
- (b) Fiança da FMFS Participações e Empreendimentos Ltda.;
- (c) Fiança do acionista Sr. José Mario de Freitas;
- (d) Cessão fiduciária de conta corrente vinculada com fluxo de recebíveis mensal equivalente a no mínimo R\$ 3.400;
- (e) Cessão fiduciária dos direitos creditórios presentes e futuros decorrentes dos contratos de concessão dos terminais aeroportuários de:
 - (i) Santana do Paraíso - Ipatinga/MG;
 - (ii) Caldas Novas-GO;
 - (iii) Comandatuba-BA;
 - (iv) Vitória da Conquista-BA;
 - (v) São João del Rei-MG;
 - (vi) Zona da Mata-MG;
 - (vii) Ilhéus-BA;
 - (viii) Jericoacoara/Aracati-CE.

Serão depositados os direitos creditórios acima referidos nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Primeira Emissão de *Debêntures* Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição” e tem como Agente Fiduciário a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures--Continuação

9.4 Cláusulas restritivas (covenants)

As *debêntures* emitidas possuem cláusulas específicas para vencimentos antecipados sendo que as principais cláusulas restritivas que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida são:

- (i) Inadimplemento pela Companhia (ainda que na condição de garantidora) de qualquer dívida ou obrigação em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$3.000;
- (ii) Não observância pela FMFS - Participações e Empreendimentos Ltda. (Empresa do mesmo grupo econômico da Companhia) os seguintes índices financeiros, calculados ao término de cada exercício social:
 - (a) Razão entre "Dívida Líquida/EBITDA" sendo menor ou igual a:
 - (i) 3,50 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
 - (ii) 3,10 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
 - (iii) 3,10 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
 - (iv) 2,80 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
 - (b) Dívida bruta menor ou igual:
 - (i) R\$260.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
 - (ii) R\$350.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
 - (iii) R\$235.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
 - (iv) R\$200.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado do contrato.

A Administração monitora constantemente os termos contratados, a fim de garantir que os compromissos assumidos estão sendo cumpridos pela Companhia.

Não houve descumprimento dos *covenants* para os exercícios findos em 2019 e 2020.

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures--Continuação

9.5 Movimentação das debêntures no período

A movimentação das *debêntures* no período é como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	63.995	-
Liberação	-	70.000
Juros incorridos	5.185	3.311
Amortização do principal	(9.882)	(6.082)
Amortização de juros	(5.538)	(3.234)
Saldo final	<u>53.760</u>	<u>63.995</u>

9.6 Movimentação dos custos de transação no período

A movimentação dos custos de transação no período é como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	1.472	-
Adições	-	1.607
Amortização	(334)	(135)
Saldo final	<u>1.138</u>	<u>1.472</u>

10. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social subscrito e integralizado é de R\$2 e está representado por 2.000 ações ordinárias no valor de R\$1 (valor expresso em reais) cada.

11. Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços prestados	62	9
Despesas com viagens	1	18
Outros tributos, taxas e contribuições	2	12
	<u>65</u>	<u>39</u>

Infra6 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita com aplicação financeira	27	188
	<u>27</u>	<u>188</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	(5)	(2)
Impostos e taxas sobre operações financeiras	-	(4)
Juros sobre debêntures	(5.185)	(3.311)
Custo na emissão das debêntures	(334)	(135)
Outras despesas financeiras	(47)	(20)
	<u>(5.571)</u>	<u>(3.472)</u>
	<u>(5.544)</u>	<u>(3.284)</u>